

POLÍCIA FEDERAL

Lançamento de Operações no SIGACrim

OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

Polícia Federal

Operador

Polícia Federal

Encarregado

DPF Rinaldo de Souza

E-mail Encarregado

cgge@pf.gov.br

Telefone Encarregado

(61) 2024-8987

FINALIDADE DO TRATAMENTO

Segurança Pública.

Os benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo são: Reunir informações de suspeitos vinculados em investigações de atribuição da Polícia Federal, a fim de auxiliar na gestão e condução dos procedimentos em curso, cujo escopo principal é fortalecer o enfrentamento à criminalidade. O combate eficiente ao crime organizado depende de informações confiáveis e atualizadas, desta forma o sistema deve ser constantemente alimentado e atualizado, resultando em um banco de dados para pesquisa e armazenamento de informações, podendo traçar diretrizes capazes de nortear futuras ações policiais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 4º, inciso III, alíneas a) e d) da LGPD.

A necessidade do tratamento de dados desse processo é respaldada pela previsão legal constante no Artigo 144, §1º da Constituição Federal, Código de Processo Penal, Lei nº. 12.850/2013, Lei nº. 12.830/2013.